

CORREIO DO VALE

POR ANA LUIZA ROSSI

Montagem/CSF

CIDADES	IPM¹	IPV²	ROYALTIES	IPVA³	ICMS⁴	TOTAL GERAL
Angra dos Reis	9,300149	685.128,49	6.259.021,34	2.274.223,46	18.714.577,34	27.932.950,63
Barra do Piraí	0,335223	24.695,39	225.605,84	733.421,68	674.565,12	1.658.288,03
Barra Mansa	0,493426	36.349,98	332.076,82	2.023.550,35	992.915,18	3.384.892,33
Itaúna	1,328224	97.848,34	893.897,76	304.071,94	2.672.769,11	3.968.587,15
Mendes	0,19744	14.545,12	132.877,57	136.238,67	397.306,16	680.957,52
Miguel Pereira	0,248301	18.291,97	167.707,14	383.962,13	499.653,13	1.069.614,37
Paraty	0,722456	53.222,29	486.214,52	555.392,98	1.453.789,53	2.548.619,32
Pinheiral	0,291971	14.878,91	135.926,94	314.196,47	406.423,83	873.426,15
Piraí	0,725473	53.444,54	488.244,97	576.187,00	1.459.860,62	2.577.737,13
Porto Real	0,550467	40.552,11	370.465,54	299.438,97	1.107.698,07	1.818.154,69
Quatis	0,21548	15.505,76	141.653,52	122.241,76	423.546,37	702.947,41
Resende	1,965162	144.779,64	1.322.558,48	2.978.551,79	3.954.471,75	8.400.352,66
Rio Claro	0,373076	27.483,97	251.080,99	140.262,39	750.736,36	1.169.564,11
Valença	0,408931	30.125,35	275.211,49	673.786,81	822.886,89	1.802.610,54
Vassouras	0,253572	18.680,28	170.654,53	407.913,51	510.259,85	1.107.508,17
Volta Redonda	2,186721	161.092,57	1.471.668,18	4.054.690,56	4.406.312,16	10.089.763,47

Arrecadações são de Royalties, IPI, ICMS e IPVA

Angra dos Reis lidera total de repasses do Governo do Estado

O Governo do Estado repassou nesta semana cerca de R\$471 milhões para os 92 municípios, entre eles, os da região Sul Fluminense. Os valores correspondem à distribuição de parte da arrecadação de Royalties do petróleo e dos tributos IPI, ICMS e IPVA às administrações municipais e como de praxe, a cidade de Angra dos Reis tiveram uma das maiores cifras: foram R\$ R\$ 27.932.950,63. Outra cidade que também conseguiu uma boa fatia da distribuição foi Volta Redonda, com cerca de R\$ 10.089.763,47. Para fechar o “pódio”, o município de Resende conseguiu cerca de R\$ R\$ 8.400.352,66, ficando em terceiro no ranking dos valores repassados ao Estado para as cidades do Médio Paraíba.

Distribuição das arrecadações estaduais

O depósito feito pela Secretaria de Fazenda refere-se ao montante arrecadado entre 19 a 23 de janeiro. Os valores correspondem à distribuição de parte da arrecadação de Royalties do petróleo e dos tributos IPI, ICMS e IPVA às administrações municipais. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses e as variações dos depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento tributário e o volume da arrecadação.

Divulgação/Governo Federal



Complexo de usinas é administrado pela Eletronuclear

Aneel aprova receita de Angra 1 e 2

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica estabeleceu a Receita Fixa da Energia Elétrica das Centrais de Geração Nucleoelétricas Angra 1 e Angra 2, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Receita homologada para o ano de 2026 é de R\$ 4.81 bilhões, o que representa variação positiva de 17,09% em relação à receita vigente em 2025. Este montante cobre os custos operacionais necessários para a geração de energia nuclear nas duas unidades. A homologação ocorreu na sede da Aneel em Brasília, durante reunião ordinária da diretoria.

Rateio dos custos da geração nuclear

A definição observa o disposto na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que estabelece o rateio dos custos da geração nuclear entre as concessionárias, permissionárias e autorizações de distribuição do Sistema Interligado Nacional, por meio de tarifa calculada e homologada anualmente pela ANEEL. A decisão integra o calendário regular de definições tarifárias da agência para o setor.

Demandas

O vereador de Barra do Piraí, Pedrinho ADL, fez uma visita ao bairro Roseira nesta quarta-feira (28) a convite da presidência da Associação de Moradores. O objetivo foi escutar as demandas diretas dos moradores do bairro e também de outros localidades, como Ponte Vermelha e Ponte do Andrade.

Prejuízos

Segundo o relato ouvido pelos moradores, o vereador afirmou que os bairros enfrentam quedas constantes de energia e a falta de resposta por parte da concessionária Light. “Prejuízo direto para quem paga a conta todo mês sem receber o serviço como deveria. Isso apssou dos limites”, afirmou.

MP acionado

Com este cenário, o vereador afirmou que irá protocolar ofícios a prefeita da cidade, Kátia Miki, para solicitar providências urgentes; à Light; e também ao Ministério Público, já que o direito básico não tem sido oferecido de maneira satisfatória. “Seguimos cobrando, encaminhando e lutando”, concluiu o vereador.

Manutenção

Há cerca de 1 semana, o companheiro de cadeira na Câmara de Barra do Piraí, Luiz Felipe Ludi, também acionou o Ministério Público para apontar a falta de manutenção nas fiações da cidade por parte da concessionária. O vereador adentrou com uma Notícia de Fato ao MP para que o órgão possa apurar as irregularidades da Light.

Nova equipe

O prefeito de Angra dos Reis, Claudio Ferreti, anunciou a nova equipe que vai assumir a Secretaria Municipal de Saúde da cidade. O time é composto pelo Secretário Estratégico, Marco Rocha; pela Secretária Executiva, Jenaina Ferreira, pelo Secretário de Gestão e Recursos, Márcio Taveira e outros.

Dispensado

A Secretária de Saúde Primária, Mariana Souza, a Superintendente de Regulação, Luciana Rossinol, e o diretor do Hospital Municipal da Japuíba, Filipe Rosa, também fazem parte do novo time. Isso porque Ferreti decidiu dispensar o médico Rodrigo Cardoso Ramos, que era titular da pasta, de imediato.



Recursos serão destinados a obra viária

Câmara de BM autoriza empréstimo internacional

Projeto teve aprovação unânime dos vereadores

Por Agatha Amorim

A Câmara Municipal de Barra Mansa aprovou uma autorização legislativa para que o município possa buscar a contratação de um empréstimo internacional no valor de R\$ 96,6 milhões. O valor será destinado à construção de uma ponte ligando o bairro Vista Alegre à Rodovia Presidente Dutra. A medida atende a uma exigência técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e não garante, neste momento, a liberação dos recursos.

Segundo a prefeitura, o procedimento é obrigatório para que o município seja habilitado a apresentar a proposta ao banco. O financiamento, caso aprovado, será exclusivo para a execução da obra, considerada estratégica para a mobilidade urbana e para a ativação econômica da cidade. Além de ser considerada estratégica para a mobilidade urbana e para a ativação econômica da cidade, especialmente com impacto no parque industrial.

O investimento estimado para a construção da ponte é de aproximadamente R\$ 105 milhões, e o projeto já está totalmente concluído. Segundo o Executivo, a operação ainda passará por análise do BID e, somente após eventual aprovação, o empréstimo poderá ser contratado.

A Prefeitura afirmou ainda que, caso o financiamento seja liberado, o início do pagamento

da primeira parcela está previsto apenas para 60 meses após a contratação. Nesse período, serão realizados estudos de impacto financeiro, considerando a expectativa de aumento da arrecadação municipal em função do desenvolvimento econômico gerado pela obra. O governo municipal reconheceu que, atualmente, o município não possui condições financeiras de realizar um investimento desse porte com recursos próprios e que também buscará alternativas junto aos governos estadual e federal.

A Associação Comercial, Industrial, Agropastoril e Prestadora de Serviços de Barra Mansa (ACIAP-BM) informou que ainda não recebeu oficialmente o projeto detalhado para análise, o que impede um posicionamento formal e conclusivo sobre a contratação do empréstimo. No entanto, a entidade reconhece que, pelas informações divulgadas, a obra tem potencial para melhorar o fluxo viário, além de criar condições favoráveis à atração de novos investimentos industriais e residenciais.

A ACIAP avalia que a melhoria da mobilidade urbana pode gerar impactos positivos para o comércio e a indústria local. Apesar disso, a entidade destaca a importância de o município avaliar alternativas complementares de financiamento, como a articulação com deputados estaduais e federais e a busca de recursos junto aos governos estadual e federal.